

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: DA CIDADE SANATORIAL À CIDADE INDUSTRIAL, A BUSCA PELA DOENÇA TERRITORIAL

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: FROM THE SANATORIUM CITY TO THE INDUSTRIAL CITY, THE SEARCH FOR TERRITORIAL DISEASE

Vitor Hugo Mendes Pereira

Graduando em Ciências Sociais (Licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense (UFF); com participação nos Programas Institucionais de Bolsas de Iniciação à Docência no Núcleo Ciências Sociais/Geografia (PIBID) e de Iniciação Científica (PIBIC), neste atuou com o projeto acerca das narrativas de corrupção, críticas à política e ao Estado.

Resumo: Pretende-se discorrer sobre a cidade de São José dos Campos de uma perspectiva histórica, a partir do entrelace entre o período sanatorial e o período industrial do município joseense. O objetivo deste artigo é pontuar as consequências do ideário de modernização para a cidade ao longo do tempo e como tal pensamento cravou lacunas na formação territorial da cidade, tais como, segregações de caráter social, econômico e, principalmente, habitacional. Assim sendo, compreende-se a importância do resgate memorial enquanto movimento crítico acerca das práticas que inviabilizaram a plenitude do direito à cidade, sobretudo, como forma de não repetição das injustiças cometidas.

Palavras-chave: Período sanatorial; Estância climática; Segregação socioespacial; Modernização; São José dos Campos.

Abstract: It is intended to discuss the city of São José dos Campos from a historical perspective, from the interweaving between the sanatorium period and the industrial period of the municipality of José. This article aims to point out the consequences of the idea of modernization for the city over time and, as such, has created gaps in the territorial formation of the city, such as social, economic and, mainly, housing segregation. Thus, it is understood the importance of the memorial rescue as a critical movement about the practices that made the full right to the city unfeasible, above all, as a way of not repeating the injustices committed.

Keywords: Sanatorial Period; Climatic Resort; Socio-spatial segregation; Modernization; São José dos Campos.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS: DA CIDADE SANATORIAL À CIDADE INDUSTRIAL, A BUSCA PELA DOENÇA TERRITORIAL

INTRODUÇÃO

São José dos Campos fica a aproximadamente 90 km da capital, São Paulo. A cidade é também conhecida por fazer parte do Vale do Paraíba, sendo uma das principais da região. Uma das razões para que o município de São José se tornasse uma referência, foi que a partir do início do século XX começou a ser o refúgio de muitos enfermos para o tratamento da tuberculose, principalmente por seu clima (essencial ao tratamento) e localização privilegiada (perto da capital e entre metrópoles - SP e RJ), além de ser acessível financeiramente se comparado com outras cidades da região que também eram propícias ao tratamento da enfermidade tísica. Outro motivo para o destaque do território joseense é que, hoje, conta também com uma avançada área fabril que movimenta economicamente seus entornos e fazem dela uma cidade de vanguarda industrial e, principalmente, de polo tecnológico. Tais principais fatores contribuíram para que São José dos Campos se tornasse uma região de prestígio enquanto desenvolve urbana, econômica e industrialmente.

É válido realçar que o crescimento do município, ao longo de seu percurso, conta com imbricações de duas cidades em uma, a do período sanatorial e a do período industrial. A segunda só foi possibilitada por conta da primeira, isso porque a cidade se mostrou eficaz na intervenção contra a tuberculose, fazendo com que muitos a procurassem para o tratamento da doença. Com toda a migração motivada pela esperança da cura, São José se viu obrigada a dar uma resposta em função desse significativo aumento demográfico. Dessa forma, diversas pensões foram abertas e alguns sanatórios construídos, porém uma parcela muito influente da população (políticos, médicos e engenheiros sanitários) enxergou na "cidade sanatorial" uma possibilidade de modernização urbana. Em 1935, após diversas pressões das autoridades locais a cidade se torna Estância Climatérica¹ e passa a receber maiores investimentos financeiros vindos do Estado, com isso, se iniciam diversas remodelagens ao tecido urbano.

A tuberculose foi vista, por parte de alguns personagens locais, como um "negócio" na

¹ Decreto 7.007 de 12 de março de 1935.

medida em que possibilitou a modernização do município. Por isso, São José dos Campos se encontra entrelaçada por duas cidades, a sanatorial e a industrial. Mas é, sobretudo, a passagem de uma cidade a outra que se revela tensões e disputas territoriais, se não disputas propriamente ditas (pela desproporção das forças envolvidas de cada lado), mas uma série de modificações ao espaço urbano que segregou a população joseense e tornou a vida de muitos precarizada.

É nessa perspectiva que se pretende olhar a cidade de São José dos Campos entre os anos de 1935-1970 e analisar como o ideário modernizador do período acabou por deixar marcas profundas na população joseense por inúmeras ressignificações e divisões dos territórios.

É nessa perspectiva que se pretende olhar a cidade de São José dos Campos entre os anos de 1935-1970 e analisar como o ideário modernizador do período acabou por deixar marcas profundas na população joseense por inúmeras ressignificações e divisões dos territórios.

A ESTÂNCIA CLIMATÉRICA: O INÍCIO DA SEGREGAÇÃO TERRITORIAL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

As razões para que o município do interior paulista se tornasse uma estância climatérica foram ao encontro das questões que envolviam a saúde pública da cidade, porém nota-se que apesar do argumento principal envolver a peste branca, existia junto a isso a ânsia por parte de alguns de modernizá-la. Para tanto, muito se falou das condições precárias da cidade quanto a higienização do espaço público - ruas sem calçamento, inexistência de coleta de lixo e má distribuição de água:

A falta de verbas públicas, as precariedades na infraestrutura básica e o traçado urbano formado por ruas estreitas, tortuosas, sujas e sem calçamento constituíam um grande entrave e a grande contradição para uma Estância de cura da tuberculose, pois neste ambiente insalubre os tuberculosos buscavam a cura (SOARES, 2007, p. 91).

Também se comentava da quantidade de tuberculosos que não conseguiam pensões, sanatórios ou casas de tratamento, pela superlotação ou por falta de dinheiro e, então, ficavam a

mercê da bondade pública e até mesmo, viviam de mendicância pela cidade, afastando e atemorizando parte da população não infectada pela doença tísica:

Bertolli Filho (1993, p. 337), observa que nem todos os tuberculosos que chegavam à São José dos Campos tinham condições para usufruir da assistência vendida pelos sanatórios. A escassez de dinheiro e a falta de amparos patrocinados pela solidariedade pública faziam da cidade reduto de enfermos mendigos, afugentando os habitantes sadios que reclamavam urgentes medidas das autoridades públicas. (SOARES, 2007, p. 102).

É, sobretudo, nesse cenário, com a pressão das autoridades, que a cidade consegue se tornar uma estância climatérica e, conseqüentemente, receber maiores recursos. O grande problema foi que houve, por detrás desse discurso, um ideário modernizador que enxergou na doença um meio para se lucrar e, ainda mais, concomitante a isso, uma elite que não queria dividir o mesmo espaço que os “doentes de peito”, passando assim, a exigir uma divisão territorial:

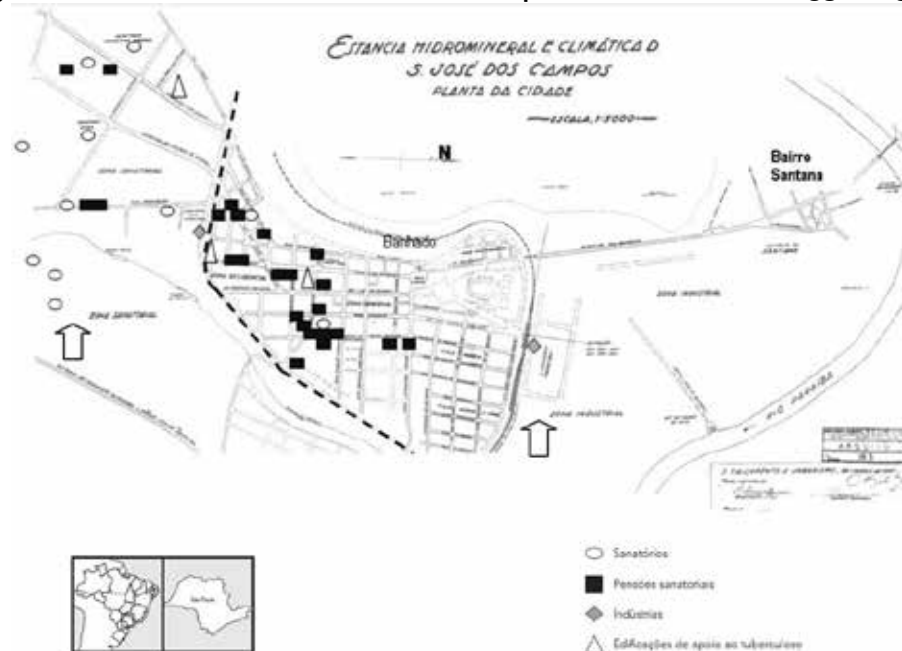
Evocando preocupação com saúde pública a elite joseense propugnava também a constituição de barreiras sanitárias, que seriam conquistadas pelo zoneamento definido por novas áreas apropriadas às residências, ao comércio, às indústrias e aos sanatórios. (SOARES, 2007, p. 109).

Dessa forma, a cidade de São José dos Campos, principalmente a partir de 1935, começou a ser completamente remodelada espacial e territorialmente; novas formas foram impostas ao espaço e tais mudanças foram sentidas de maneiras completamente diferentes pelas condições socioeconômicas dos grupos envolvidos.

Uma das primeiras políticas a serem implementadas foi o zoneamento da cidade. Separou-se em zona industrial, sanatorial, comercial e residencial², de tal modo a afastar, sobretudo, a zona sanatorial da industrial. Pela figura 1 é possível perceber tal separação dessas respectivas zonas.

² Ato nº110 de 13 de abril de 1933 (SANTOS, 2006).

Figura 1 – Zoneamento de São José dos Campos (entre os anos de 1936 – 1938)



Fonte: VIANA & ELIAS, 2007, p. 1300.

Distanciar tais zonas têm significados espaciais (no sentido econômico), territoriais (em âmbitos políticos) e locais (em aspectos sentimentais e subjetivos em relação ao lugar). É, sobretudo, a dimensão econômica que se faz necessária a reflexão, uma vez que para a lógica de (re)produção capitalista pensar o risco de um operário infectado pela enfermidade física, “fraco de peito” e inviabilizado do trabalho, significa ter um trabalhador a menos na produção e reprodução do capital. Portanto, isolar tais áreas é uma forma de isolar o risco da doença e, no limite, afastar a insegurança do não lucro pelo sentimento de segurança, mesmo que em face de uma segregação (sócio)territorial.

Esse isolamento territorial também pode ser pensado em relação ao operário industrial da época como forma de mantê-lo “saudável” e, portanto, apto ao trabalho, garantindo a (re)produção do capital através da precarização da força de trabalho, como inclusive, maneira fundamental de funcionamento do capitalismo. O proletariado, então, torna-se o “precarizado”

ao passo que o sistema econômico permanece “seguro” e “eficiente” na reprodução do capital (HAESBAERT, 2014, p. 185).

Já na zona sanatorial, a relação territorial assume também uma perspectiva econômica na medida em que alguns procuraram apenas retirar lucro pela exploração da doença, isto é, novos donos de pensão vislumbraram o lado comercial da tuberculose, criando assim, novas casas de tratamento, muitas delas clandestinas e que as autoridades da cidade ignoravam (SOARES, 2007, p. 101).

A partir disso é possível refletir sobre duas questões: 1) o modo como esses “novos donos” de pensão lucraram; 2) a precarização territorial (simbólica e material) dos tuberculosos. Dessa forma, em primeira análise, se na indústria, a exploração e a retirada do lucro, majoritariamente, se deram através de um indivíduo saudável e capacitado para efetuar o trabalho braçal, nas pensões os lucros vieram do avesso do saudável, ou seja, do doente que pagou uma certa quantia mensal para se estabelecer e se tratar no local, enquanto o dono do pensionato retirou seu lucro através da extração da renda da terra, refletida pela mensalidade daqueles que usufruíram o espaço. Já em um segundo raciocínio, há uma precarização territorial dos “doentes de peito”, pois estes não tinham o domínio do próprio espaço em que estavam inseridos (no caso, dos sanatórios, das pensões etc.) uma vez que existiu uma gestão, seja por iniciativa pública ou privada, desses locais de tratamento, de modo a deixá-los apartados de uma construção territorial estável e, minimamente, autônoma. Também vale ressaltar que os tuberculosos ficavam, muitas vezes, reclusos do direito à cidade, tendo, inclusive, de burlar a vigilância e de se autoafirmar enquanto um “são” para usufruir de espaços que os doentes não podiam vivenciar (OLMO; PAPALI; ZANETTI, 2010, p. 106).

Apesar de ser feita a separação em zonas (industrial, residencial, sanatorial e comercial) com o objetivo de afastar os infectados pela peste branca, isso não garantia que alguns tuberculosos deixassem de circular por outras zonas da região, para isso criou-se a polícia sanitária como forma de fiscalização dos locais, de maneira a impedir os tuberculosos de circularem o mesmo espaço dos sadios.

Era preciso pensar tuberculosamente, isto implicava na afirmativa de que os acometidos pela peste branca não podiam viver em liberdade, significando dizer que os tuberculosos não podiam ocupar o mesmo espaço dos sadios (SOARES, 2007, p. 115).

É possível perceber a tentativa de controle dos corpos desses indivíduos acometidos pela doença tísica, diferentemente daquilo que se entende em uma elaboração teórica da sociedade de segurança em que a circulação é essencial para a existência e continuação do controle (HAES-BAERT, 2014, p. 170), aqui é necessário se controlar pela disciplinarização dos corpos, portanto, a estagnação se faz importante; a não movimentação se traduz em entender os tuberculosos como risco a segurança dos "sadios" e, assim, se legitima o fechamento de territórios e a criação de espaços específicos, tais como, casas, pensões e sanatórios para o tratamento da enfermidade³

São de movimentos como esses - da inclusão precária (precarização) do trabalhador, da desestabilização territorial (material e simbólica) para os doentes e da imposição de limites territoriais pelo fechamento de alguns espaços - que a cidade de São José dos Campos foi, aos poucos, se segregando rumo a "modernização". Porém essa divisão em zonas foi apenas uma política inicial de cisão do território, a partir dela, tantas outras políticas de caráter autoritário⁴ e espoliativo foram implantadas ao espaço joseense.

Entre as gestões de Francisco José Longo (1938-1941) e Pedro Popini Mascarenhas (1942-1947), as modificações espaciais se intensificaram e a violência se tornou evidente, a cidade se segregou ainda mais, e alguns grupos foram jogados ao mais precário, inseguro e instável território.

A região central de São José foi, nessa época (e ainda hoje é), uma área de intensa disputa territorial entre o governo local e os grupos que se estabeleceram, sobretudo, nos arredores do "banhado"⁵. Em meados de 1938-39 as autoridades públicas, em nome da segurança sanitária, destruíram inúmeras moradias com um argumento central de que tais locais não seguiam as normas sanitaristas e representavam um risco a saúde, além de muito se falar em embelezamento da cidade tendo em vista o ideário modernizador do período.

3 Atualmente podemos pensar a pandemia, em como o vírus SARS-COV-2 (COVID-19) modificou a rotina da população em direção ao controle corporal: necessidade de repouso e isolamento. Mas é necessário aprofundar as relações entre a tuberculose e o Covid-19 em estudos futuros.

4 Vale lembrar que o período estadonovista, pela figura de Vargas, ganha um viés totalitário. Isso se refletiu na cidade através dos prefeitos que governaram no período (Francisco José Longo e Pedro Popini Mascarenhas), e reproduziram a lógica que se realizava em âmbito federal quanto ao discurso modernizador e autoritário.

5 O Banhado "é uma região imediatamente contígua ao centro urbano de São José dos Campos. Constitui-se em um anfiteatro que se abre após o declive abrupto que cai sobre a várzea próxima, mantendo suas feições de extensa planície que se alonga até o Rio Paraíba do Sul, compondo um cenário único, totalmente integrado à paisagem urbana local" (SÃO JOSÉ EM DADOS, 1998, p. 49).

Constam nos registros do relatório do sucessor do Prefeito Longo, que essas habitações eram em sua maioria muito modestas e construídas de pau a pique e sua demolição contribuiria para o embelezamento da cidade, favorecendo as condições de higiene e de saúde pública (SOARES, 2007, p. 126).

Nesse período, quase setenta habitações foram demolidas e retiradas do centro urbano da cidade. No lugar dessas casas, em grande maioria humildes arquitetonicamente, se passou uma das principais avenidas da cidade (Avenida São José), sem que pensassem nos indivíduos que ali viviam e tinham uma relação material e simbólica com o espaço. Para onde foram essas pessoas? Qual auxílio foi dado? Não se sabe. Apenas se pode dizer que tais famílias se precarizaram territorialmente e, de certa forma, se tornaram reclusas do direito à cidade por conta de políticas delimitadas em favor da ideologia do progresso.

A CIDADE INDUSTRIAL: NA SENDA DO ESPÓLIO HABITACIONAL

Nos anos de 1940 o município joseense inicia a formação de um sistema viário que será essencial tanto para a circulação de homens e mercadorias, quanto para o estabelecimento de indústrias. É, sobretudo, a partir da inauguração da Rodovia Presidente Dutra, em 1951, que São José dos Campos sacraliza um cenário urbano-industrial, com a predominância da população urbana sobre a população rural (tabela 1) e com o aumento das indústrias na região, que terá seu ápice na década de 1970 com mais de 300 indústrias instaladas no território joseense (tabela 2).

Tabela 1 – população Joseense (1940-1970)

Ano	Pop. Total	Pop. Urbana	Pop. Rural
1940	36.702	14.775 (40%)	21.927 (60%)
1950	44.804	26.600 (59%)	18.204 (41%)
1960	77.533	56.882 (73%)	20.651 (27%)
1970	150.884	134.896 (89%)	15.988 (11%)

Fonte: IBGE *apud*. Zanetti et al, 2015.

Tabela 2 – Indústrias em São José dos Campos (1960-1975)

Ano	Quantidade de Indústrias
1960	72
1970	284
1975	368

Fonte: Supervisão de Documentação e Disseminação de informações/ IBGE: Censo Industrial – 1940-1985 *apud*. Zanetti et al, 2015, p.112.

Vale ressaltar que a Via Dutra atraiu muitas indústrias ao seu entorno pelo grande acesso infraestrutural, o que também aumentou o valor da terra e, conseqüentemente, o preço da habitação uma vez que, conforme João Sette Whitaker Ferreira:

O que dá valor à terra urbana é sua localização, definida pela disponibilidade de infraestruturas (VILLAÇA, 2001): um lote é mais caro porque há 'mais cidade' em torno dele, ou seja, avenidas e transporte público para acessá-lo, serviço de esgoto, água, luz, coleta de lixo (FERREIRA, 2011, p. 73).

Sendo assim, com o aumento das indústrias e do valor da terra pela disputa territorial para acessar as melhores condições infraestruturais surge, para as populações de baixa renda, o problema da moradia. Os primeiros núcleos de favelas na cidade de São José dos Campos datam da década de 1970, chegando a existir 12 núcleos com 3643 pessoas residentes e mais de 800 barracos.⁶

Dessa forma, com o evidente problema habitacional motivado pela ânsia de construção de uma cidade industrial-tecnológica, a prefeitura municipal através da lei nº 2007/78 coloca em funcionamento a Empresa Municipal de Habitação (EMHA). Tal empreendimento por parte do executivo da cidade culminou na construção de conjuntos habitacionais mistos, em sua grande maioria, a mais de 10 km do centro citadino (BRAGA; SAPUCAHY, 2019) – lugar em que há baixos índices de empregabilidade, de acesso a transportes públicos, de hospitais públicos e de centros de assistência social, sem falar em bens culturais⁷, que segundo Glória da Anunciação Alves (2018) chegam a ser artigos de luxo devido ao contexto dos territórios distantes do centro da cidade.

Assim sendo, as populações de baixa renda e com índice de vulnerabilidade social alta e muito alta estão, majoritariamente, inseridas em territórios periféricos no município de São José dos Campos (PMSJC, Plano Diretor, 2018). Espaços esses que, afastados do centro, tornam-se sinônimos de pobreza e de ausência das ações do Estado, na medida em que estão, em um primeiro momento⁸, fora dos planos da produção urbana capitalista.

Vale ainda realçar que alterar o espaço significa modificar também as ações dos indivíduos, uma vez que estas são realizadas em função da disposição espacial. Vale lembrar a maneira

6 Ver: Rosa Filho (2002, p.50)

7 Ver: plano diretor/ mapas temáticos (2018). Disponível em: <http://planodiretor.sjc.sp.gov.br/mapas-tematicos/4>

8 "em um primeiro momento" porque em tempos de crise do capital as periferias são espaços que devem ser reformulados e, portanto, incluídos aos planos (HARVEY, 2005; ALVES, 2018).

que Milton Santos (2006) conceitualiza o espaço como um sistema de objetos e ações que interagem constantemente dentro de uma configuração territorial. Dessa forma, modificar o tecido espacial em São José dos Campos foi mudar as ações dos indivíduos, e também dar novas formatações às relações de poder e domínio entre as classes sociais, o que hoje se reflete nas tensões e disputas socioterritoriais da região.

Atualmente, o Jardim Nova Esperança (“banhado”) continua a sofrer fortes pressões quanto à retirada de moradores. A justificativa para tal remoção é que a população (com aproximadamente 300 famílias) ocupa uma área de preservação ambiental, porém é sabido de um projeto chamado “Via Banhado”. Este projeto escancara o que foi feito na cidade em décadas passadas, isto é, uma tentativa de continuação da segregação socioespacial, da precarização territorial e de “modernização” da malha urbana central da cidade em detrimento de outras áreas.

Assim sendo, a rememoração daquilo que já foi feito na história do município, em termos de segregação é, essencial, para uma nova prática no presente, principalmente no sentido de não esquecer e, portanto, de não ser repetido na história conforme Walter Benjamin comenta em sua tese II: “O passado leva consigo um índice secreto pelo qual ele é remetido à redenção. Não nos afaga, pois, levemente um sopro de ar que envolveu os que nos precederam? Não ressoa nas vozes a que damos ouvido um eco das que estão, agora, caladas?” (LÖWY, 2005, p. 48). Nesse sentido, é razoável a resistência por meio da memória, sobretudo, enquanto um movimento que torna vivas as injustiças do passado como forma de luta no presente.

Figura 2 – “Banhado”



Foto: Ademir Britto. PMSJC.

Dessa forma, compreender que o discurso modernizador e o pensamento de que o progresso é uma norma histórica se tornam fundamentais para localizar as desigualdades espaciais presentes em São José dos Campos, uma vez que a partir dessa ideia de modernização e de progresso via urbano-industrialização se legitimou uma série de políticas que somente serviram para acentuar as discrepâncias sociais.

A âmbito nacional não se pode olvidar também que a Era Vargas foi a precursora desse pensamento de modernização territorial. Ressalto a construção do projeto político da *Marcha para o Oeste*, na qual lançou visão etnocêntrica e preconceituosa aos sertões do cerrado brasileiro com o objetivo de buscar as ferramentas necessárias para a integração, segurança e modernização nacionais (SILVA, 2019), sem, contudo, pensar nas modificações que tais políticas causariam para o território brasileiro e, especialmente, para as populações envolvidas.

Com isso, se faz urgente refletir da maneira como tais transformações urbanas geraram e ainda geram um alto grau de insegurança e fragilização territorial para determinados grupos, de modo a cada vez mais excluir comunidades do uso do espaço, e confiná-las em locais cada vez mais precarizados do ponto de vista material e também simbólico-cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar sobre a formação territorial em São José dos Campos sem analisar a fase sanatorial da cidade é quase impossível. Faz-se necessário a tentativa de compreensão do modo que se deu a divisão socioespacial a partir, principalmente, da estância climatérica e o início da comercialização da doença rumo a urbano-industrialização do município. E, ainda mais, de como tais reformulações espaciais influenciaram as ações dos indivíduos, uma vez que o espaço se moldou para segurança de um grupo e na mesma medida construiu enormes 'vias' de insegurança para outros grupos, o que se reflete hoje em como tais grupos se dispõem e utilizam os espaços da cidade.

Também vale ressaltar que todo esse processo de constante cisão e transformação dos espaços da cidade implica em como se constrói a identidade dos habitantes que é, sobretudo, sustentada pela memória (ZANETTI, 2008, p.224). Portanto, reaparece o caráter da rememoração enquanto possibilidade de reconstrução identitária e também de resgate histórico-social.

Hoje os espaços que eram, majoritariamente, ocupados pelos sanatórios não são sequer lembrados (com a grata exceção do antigo sanatório vicentina aranha). Atualmente, a re-

cordação joseense se finca na cidade industrial e parece ter encontrado na divisão territorial uma nova doença, mas desta vez, a cidade não entusiasma os habitantes pela esperança de cura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Glória da Anunciação. As centralidades periféricas: da segregação socioespacial ao direito à cidade. In: CARLOS, A.; SANTOS, C.; ALVARES, I. (Org.). Geografia Urbana Crítica: Teoria e Método. São Paulo: Contexto, 2018. P. 109-123.

BRAGA, Roberto; SAPUCAHY, Mário Lúcio. "Planejamento Urbano e Política Habitacional em São José dos Campos: análise dos planos diretores de desenvolvimento". São Paulo: XIII ENANPEGE, setembro, 2019.

FERREIRA, João Sette Whitaker. São Paulo: cidade da intolerância, ou o urbanismo "à brasileira". Estudos Avançados, v. 25, n. 71, 2011.

FILHO, Artur Rosa. As políticas pública do poder executivo na remoção e/ou reurbanização de favelas no Município de São José dos Campos-SP. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, São José dos Campos: Univap, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand, 2014.

LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". São Paulo: Boitempo, 2005.

OLMO, Maria José Del; PAPALI, Maria Aparecida; ZANETTI, Valéria. "O outro lado da doença: São José dos Campos em tempos de tísica." In: ZANETTI, V. (Org.). Fase Sanatorial de São José dos Campos: Espaço e doença. São Paulo: Intergraf, 2010. P. 103-132.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção – 4. ed. 2. reimpr. –

São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Carlos Alberto Franco da Silva. *A Modernização Distópica do Território Brasileiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SOARES, Luiz Laerte. *Transformações urbanas em São José dos Campos no período do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2007.

VIANNA, Paula V. Carnevale; ELIAS, Paulo Eduardo M. *Cidade Sanatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos, São Paulo, Brasil*. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, vol. 23, n.6, p.1295-1308 jun, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n6/04.pdf>. Acesso em 31 jan. 2020.

ZANETTI, Valéria. *Cidade e identidade: São José dos Campos, do peito e dos ares*. Texto apresentado à Banca de Qualificação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em História, São Paulo, 2008.

ZANETTI, Valéria; PAPALI, Maria Aparecida; SOUZA, Adriane Aparecida Moreira. *Política de desenvolvimento em São José dos Campos, SP: da cidade sanatorial à cidade tecnológica*. *Geo-Textos*, vol.11, n.2, dezembro, 2015.